

Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional - Dinâmicas turísticas

José Paulo Ribeiro de Castro^{1*} e Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins²

¹ *Departamento de Ciências Sociais, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela, Instituto Politécnico de Bragança, Mirandela, Portugal – castrogeo@jpb.pt **

¹ *Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal filomena@ua.pt*

INTRODUÇÃO

Na actualidade, é consensual que o turismo constitui um importante instrumento de desenvolvimento sustentável. Associado aos recursos naturais e culturais que as regiões oferecem, pode potenciar a revitalizar as economias locais de forma sustentada.

Como referem Fonseca e Ramos (2007) “O turismo vem-se assumido como um dos sectores com maior capacidade para rentabilizar os recursos locais, recuperar o património cultural e natural, revitalizar actividades que lhe são tributárias, como a produção agro-alimentar ou o artesanato e, assim, dinamizar o tecido económico rural. Quanto mais valioso for o património, os recursos e a capacidade das comunidades locais em aproveitá-los e promovê-los, tanto maior poderá ser a endogeneização de receitas provenientes do turismo para um território”.

Os recursos existentes numa região que podem ser utilizados, directa ou indirectamente, influenciam significativamente o desenvolvimento do turismo. Por outro lado, as características do turismo e as relações com as actividades humanas e meio ambiente constituem outro cenário para o seu desenvolvimento (Castro, 2005).

O presente trabalho tem como objectivo analisar o fenómeno turístico nos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional, localizados na região de Trás-os-Montes. Estes Parques Naturais constituem-se zonas de grande interesse pela diversidade de património natural e cultural que possuem e são pouco conhecidos e desenvolvidos do ponto de vista turístico.

Para a concretização dos nossos objectivos procedemos à recolha e compilação de dados, obtidos nas fontes estatísticas oficiais, relativos à oferta e procura turística nos concelhos inseridos em ambos os parques no período compreendido entre 2006 e 2008.

No que concerne à apresentação do nosso trabalho, numa primeira fase, do presente artigo, será efectuada uma apresentação teórica sobre a temática do turismo em espaços naturais protegidos. Seguir-se-á uma análise dos dados sobre as dinâmicas turísticas, em ambos os parques naturais. Neste contexto, a análise da oferta turística far-se-á com base em alguns indicadores, nomeadamente capacidade de alojamento, dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e turismo em espaço rural. A procura turística far-se-á através do registo das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros. Para completar este bloco da procura turística, serão observados



dados sobre os visitantes em ambos os parques naturais, cuja informação foi compilada no Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB)^{lxxvi}.

Completamos o trabalho com algumas considerações finais sobre o tema abordado.

Salientamos que aquando da compilação da informação junto das fontes oficiais não foi possível obter alguns dados com a desagregação ao nível do concelho. Por outro lado, houve dados que não foi possível recolher devido ao segredo estatístico^{lxxvii}.

Dadas as limitações de espaço impostas ao desenvolvimento do trabalho, limitamos a informação ao período compreendido entre 2006-2008. Contudo, consideramos não ficar amputada qualquer informação de interesse para alcançar o objectivo final.

Turismo em Espaços Naturais Protegidos

Ao longo das últimas décadas do pretérito e ainda, ao pequeno decurso do actual, o turismo adquiriu um desenvolvimento e importância social e económica cada vez maior. Este desenvolvimento deve-se a um conjunto variado de factores dos quais se pode referir o período de férias cada vez maior, maiores rendimentos das famílias e o desenvolvimento da cultura e do lazer (López; Izquierdo, 2003). O incremento dos meios de comunicação, sobretudo o automóvel e avião, possibilitou aos visitantes e turistas terem contacto com outros territórios, nomeadamente espaços naturais protegidos.

A União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) considera que as áreas protegidas são “ uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à protecção da natureza e manutenção da diversidade biológica, assim como os recursos naturais e os recursos culturais associados, e utilizada através de meios jurídicos e outros meios eficazes” (IUCN, 1994:12).

As actividades turísticas nestes espaços, designadamente percursos pedestres ou de bicicleta, observação da fauna e flora, contemplação da natureza, são exemplos de actividades desenvolvidas nos espaços naturais protegidos. Diversos estudos destacam a importância que o turismo representa quando desenvolvido em espaços naturais protegidos. A este propósito, destacamos a Carta Europeia do Turismo Sustentável nos Espaços Naturais Protegidos (2007:5) ao referir que “El turismo ofrece un medio privilegiado para sensibilizar al gran público sobre el respeto al medio ambiente. Asimismo, presenta un fuerte potencial de apoyo a las actividades económicas tradicionales y a la mejora de la calidad de vida. Para responder tanto a las exigencias específicas de los espacios protegidos como a las expectativas de los turistas

^{lxxvi} A informação foi retirada no site do ICNB: <http://portal.icnb.pt>

^{lxxvii} A Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio Lei do Sistema Estatístico Nacional, refere no Artigo 6.º que “o segredo estatístico visa salvaguardar a privacidade dos cidadãos e garantir a confiança no [Sistema Estatístico Nacional] (SEN)”. Por forma a salvaguardar o princípio do segredo estatístico, o INE não divulga dados estatísticos cujos indicadores sejam inferiores a três unidades.

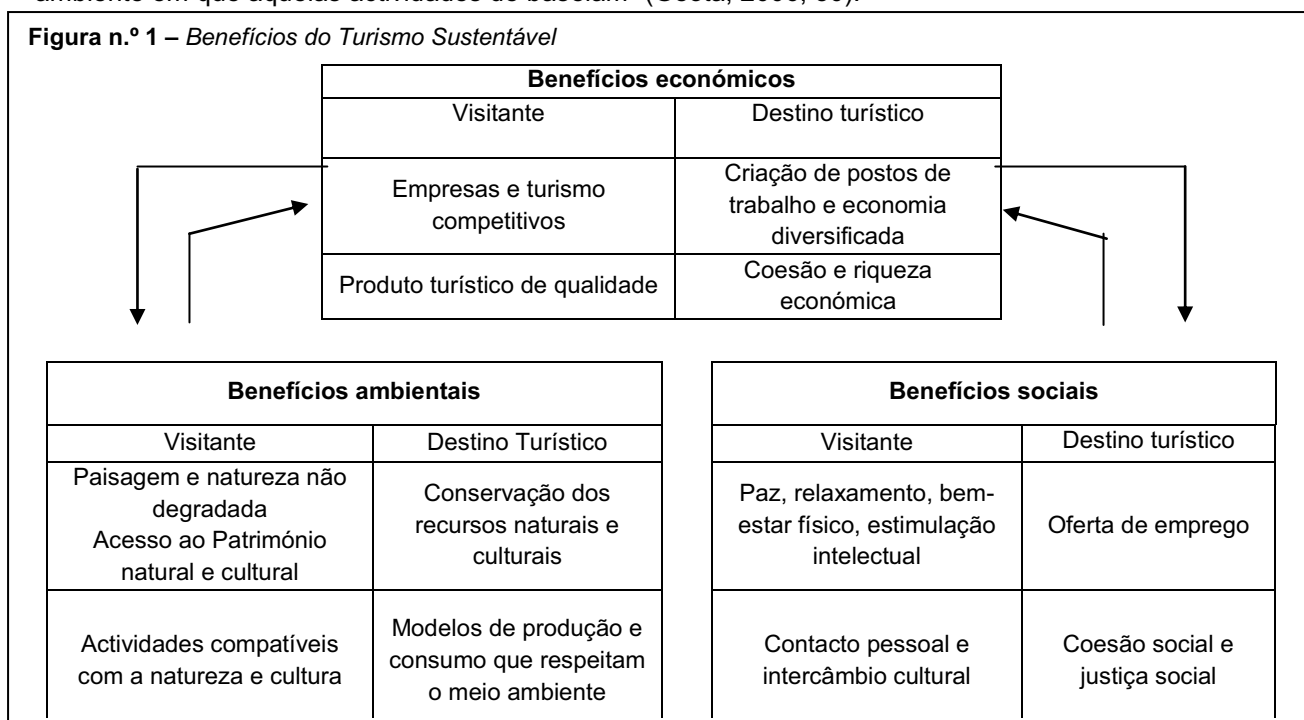
Europeus, es primordial que el turismo preserve el patrimonio sobre el que fundamenta su actividad”.

Actualmente o crescimento das actividades turísticas em espaços naturais protegidos está associado a modelos de desenvolvimento em que deve haver compatibilização com a conservação ambiental e o uso racional dos recursos. Resulta daí que o turismo deva ser desenvolvido segundo princípios do “desenvolvimento sustentável” entendido como “um desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações actuais sem por em perigo a satisfação das necessidades das gerações futuras”.

De acordo com os princípios de sustentabilidade, expressos em diversos estudos, o desenvolvimento do turismo, segundo aqueles princípios, pode trazer fortes benefícios no quadro ambiental, social e económico.

A figura anterior (n.º1) ilustra os diversos benefícios que o turismo aglutina quando se promove de uma forma sustentada. No domínio ambiental é evidente a qualidade dos recursos que estão na base das actividades turísticas e devem ser compatíveis com a natureza e meio ambiente.

Segundo Middleton e Hawkins o “turismo sustentável significa combinar os números e tipos adequados de visitantes, bem como o efeito da actividade por eles gerada no destino e dos serviços oferecidos pelas empresas locais, de forma a que possa manter no futuro a qualidade do ambiente em que aquelas actividades de baseiam” (Geota, 2006; 50).

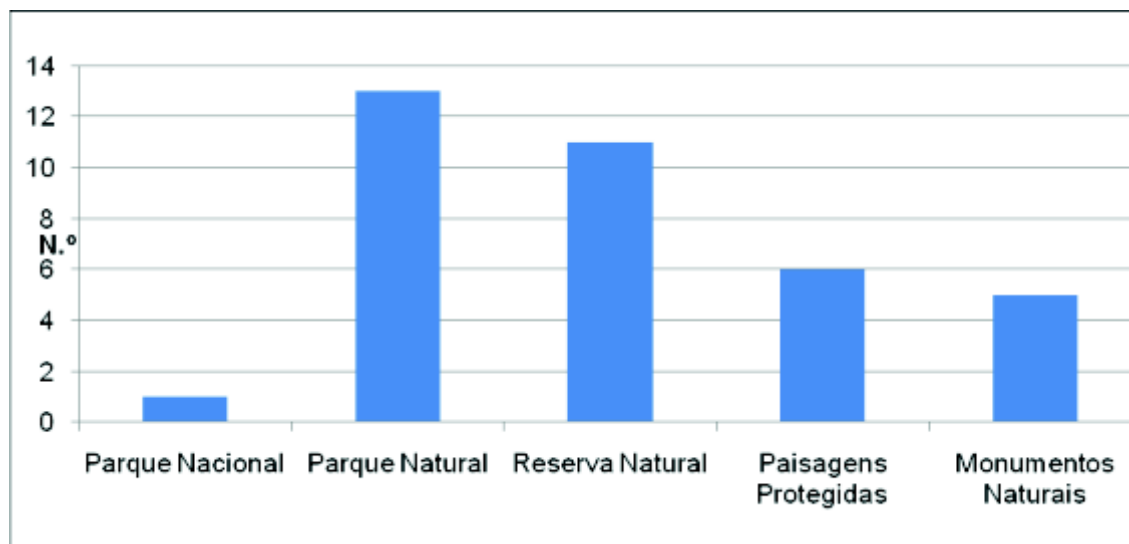


Fonte: Adaptado do "Turismo e Desenvolvimento do Património Natural e Cultural" (Universidade Colombiana)

Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional

A rede nacional de áreas protegidas foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 19/93, a partir do qual foram definidas as áreas protegidas de interesse nacional, regional e local. A nomenclatura de áreas protegidas integra os Parques Nacionais, Parques Naturais, Reserva Natural, Monumento Natural e Paisagem Protegida (Decreto-Lei n.º 19/93). “Os fundamentos da criação destas áreas obedecem a objectivos tanto de natureza biológica como paisagística, tendo em consideração critérios de raridade, valor estético, científico, cultural e/ou social” (DGA, 2000:188).

A leitura da figura n.º 2 mostra a existência de 1 “Parque Nacional” em Portugal Continental. Os “Parques Naturais” são a categoria com maior representatividade com 13 espaços desta categoria. Seguem-se as “Reservas Naturais” que totalizam 11 áreas protegidas. As “Paisagens Protegidas”, áreas de interesse local perfazem 6 espaços em Portugal. Finalmente, existem 5 espaços classificados como “Monumentos Naturais”. Salienta-se que existe apenas 1 “Parque Nacional” em Portugal, numero manifestamente reduzido em relação a outros países cuja categoria está presente num grande número de espaços naturais protegidos.



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do ICNB.

Figura n.º 2 - Espaços Naturais Protegidos em Portugal Continental

Quanto à distribuição espacial dos “espaços naturais protegidos” de Portugal Continental, a figura n.º 3 permite obter uma imagem da sua distribuição pelo território continental.

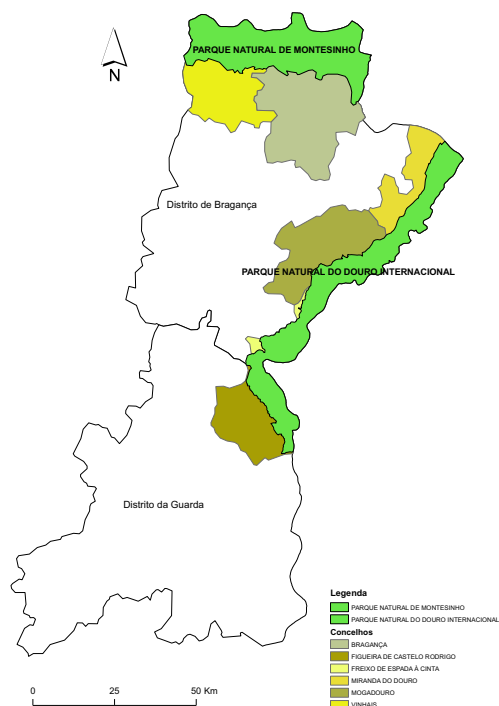
Como já foi referido anteriormente, os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional constituem o centro deste trabalho que tem como objectivo analisar as suas dinâmicas turísticas. Estes espaços naturais foram declarados Parques Naturais e integram a rede nacional de espaços naturais protegidos vigente actualmente em Portugal (figura n.º 3).



Fonte: Elaboração Própria

Figura n.º 3 - Espaços Naturais Protegidos em Portugal continental

Ambos os parques se situam nos distritos de Bragança e Guarda e abrangem os concelhos de Vinhais e Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo, este último no distrito da Guarda (figura n.º 4).



Fonte: Elaboração própria

Figura n.º 4 - Localização do Parque Natural de Montesinho e Douro Internacional

Os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional são espaços naturais fronteiriços que foram classificados como espaços naturais protegidos.

Foi através do Decreto-Lei n.º 355/79 de 30 de Agosto que foi classificado o Parque Natural de Montesinho. Consideramos a seguinte citação um bom contributo para apresentar este espaço natural protegido.

“O Parque Natural de Montesinho possui um rico património sócio-cultural com práticas quotidianas vindas de usos e costumes ancestrais, embora já marcadas pelas crescentes mobilidades das gentes e pelas inovações tecnológicas. As festas, são um exemplo disso, sendo um elo de ligação entre as aldeias e um pretexto para o reencontro de famílias e amigos. Tem especial valor as antiquíssimas «Festas dos Rapazes», realizadas principalmente na zona da Lombada por altura do Natal ou dos Reis, segundo o costume de cada aldeia. Outra das facetas da cultura regional é a música tradicional, que acompanha sempre as festividades e onde se destacam as sonoridades celtas da gaita-de-foles. São notáveis ainda os exemplos de arquitectura popular, que utilizando os materiais característicos de cada região, resultam de milhares de anos de aperfeiçoamento e adaptação ao meio ambiente. Há também aspectos exclusivamente funcionais na arquitectura popular dignos de destaque, como os pombais, os moinhos e as forjas do povo” (ICNB, 2009).

O Decreto Regulamentar n.º 8/98 de 11 de Maio criou o Parque Natural do Douro Internacional.

O Parque Natural do Douro Internacional localiza-se no troço fronteiriço do Rio Douro (figura n.º 4). Este espaço natural é detentor de um grande contraste morfológico que associado ao clima se traduz numa grande diversidade ecológica, paisagística e por uma grande variedade de habitats. O PNDI (figura n.º) ocupa uma área de 85150 ha, e situa-se nas regiões de Trás-os-Montes e Beira Alta, abrangendo concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo (Castro, 2005:230).

As características físicas, a diversidade e riqueza do património natural e cultural que este parque natural apresenta conferem-lhe uma beleza incomparável.

De facto, “O Parque Natural do Douro Internacional é, verdadeiramente, uma Catedral onde o homem se encontra com a natureza na sua plenitude e harmonia, contemplando o equilíbrio entre a rusticidade da paisagem e a beleza de formas indescritíveis”. (...) É um espaço natural cuja beleza do seu património pode definir-se como uma verdadeira “casa natural”, onde se pode encontrar um equilíbrio harmonioso entre o homem com a natureza nas suas diversas formas” (Castro, 2005:229).

Oferta turística no PNM e PNDI

Esta secção do trabalho tem como finalidade analisar os indicadores relativos à oferta turística nos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional. Nas tabelas seguintes podem observar-se os dados respeitantes aos concelhos inseridos em ambos os parques.

Conforme pode observar-se na tabela n.º1 é possível constatar que o número de estabelecimentos e capacidade hoteleira é substancialmente reduzida nos concelhos e período em análise.

Tabela n.º 1 – Estabelecimentos e capacidade hoteleira nos Concelhos do PNM e PNDI (2006-2008)

Concelhos	Anos											
	2006				2007				2008			
	Estabelecimentos		Capacidade		Estabelecimentos		Capacidade		Estabelecimentos		Capacidade	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Bragança	14	50,0	1318	70,8	14	48,3	1266	67,4	13	48,1	1202	66,9
Vinhais	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Miranda do Douro	8	28,6	340	18,3	9	31,0	409	21,8	9	33,3	429	23,9
Mogadouro	3	10,7	103	5,5	3	10,3	101	5,4	3	11,1	98	5,5
Freixo de Espada à Cinta	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Figueira Castelo Rodrigo	3	10,7	101	5,4	3	10,3	103	5,5	2	7,4	67	3,7
Total dos concelhos:	28	100	1862	100	29	100	1879	100	27	100	1796	100

Fonte: INE

*Segredo estatístico



Assim, em 2006, existiam 28 estabelecimentos hoteleiros cuja capacidade totaliza 1862 camas. Em 2007 ocorreu um aumento de um estabelecimento e a capacidade ascendeu às 1879 camas.

No ano de 2008 verifica-se uma diminuição dos estabelecimentos hoteleiros (27) e na capacidade hoteleira nos concelhos do PNM e PNDI.

No concelho de Bragança o número de estabelecimentos e capacidade hoteleira é mais elevada que os restantes concelhos, no período em análise.

Com efeito, a oferta de alojamento, em 2006, no concelho de Bragança correspondia a 14 (50%) unidades hoteleiras, Miranda do Douro detinha 8 (28,6%) estabelecimentos, Mogadouro e Figueira Castelo Rodrigo ambos com 3 (10,7%) estabelecimentos. Acerca dos concelhos de Vinhais e Freixo de Espada à Cinta o segredo estatístico não permitiu obter informação sobre estes indicadores.

No período subsequente não ocorreram alterações significativas no número de estabelecimentos hoteleiros conforme se pode observar na tabela, o que evidencia uma estagnação na oferta em ambos os parques. Em Bragança e Figueira Castelo Rodrigo verifica-se uma redução no número de estabelecimentos entre 2007 e 2008.

No que concerne à capacidade dos alojamentos (número de camas), a tabela permite observar que nos diferentes concelhos aquele indicador é bastante diferenciado.

O concelho de Bragança tem maior capacidade de oferta face aos restantes concelhos. Em 2006 o número de camas existentes em Bragança totalizava 1318 (70,8%) contra 340 (18,3%) em Miranda do Douro, 103 (5,5%) em Mogadouro e 101 (5,4%) em Figueira Castelo Rodrigo. Nos restantes concelhos, pelas razões anteriormente aludidas, não foi possível efectuar a análise pretendida.

No ano de 2007 em Bragança verifica-se uma diminuição para 1266 (67,4%) na capacidade do alojamento. Em Figueira Castelo Rodrigo e Miranda do Douro assistiu-se a um aumento neste ano com maior destaque em Miranda do Douro cujo valor totaliza 409 (21,8%).

Em 2008 o incremento na capacidade hoteleira não apresenta variações significativas. Verifica-se a tendência regressiva em Bragança (1202 – 66,9%), Mogadouro (98 – 5,5%) e Figueira Castelo Rodrigo (67 – 3,7%).

A tabela n.º 2 apresenta a tipologia de alojamento dominante nos concelhos dos parques naturais.

Relativamente a este indicador pode observar-se que a tipologia dominante é “pensões”.

Como se demonstra através da tabela n.º 2 verifica-se que, nos seis concelhos o número de pensões existentes em 2006 era de 11 (55%) em Bragança, 6 (30%) em Miranda do Douro, 2 (10%) pensões em Figueira Castelo Rodrigo e 1 (5%) em Mogadouro, respectivamente. O número

total de pensões, neste ano, totalizou 20 unidades. O número de hotéis é de 4, em todos os concelhos, distribuídos por Bragança, Miranda do Douro e Mogadouro. As estalagens e pousadas, também, apresentam pouca representatividade nos concelhos em análise.

“Trata-se de tipos de alojamento com alguma qualidade, que oferecem boas condições de conforto e comodidade aos seus utilizadores. Situados normalmente fora dos centros urbanos e integrados nas características da respectiva região, estes estabelecimentos (Batista: Sd) podem constituir uma boa opção em termos de oferta.

Nos anos seguintes verifica-se uma diminuição, com 20 pensões em 2007 e 2008 perfaz 18 unidades daquela tipologia. Ao nível dos concelhos, registaram-se reduções em Bragança e Figueira Castelo Rodrigo entre 2007 e 2008.

Tabela n.º 2 – Categorias de Estabelecimento nos Concelhos do PNM e PNDI (2006-2008)

Anos	Concelhos	Hotéis		Pensões		Estalagens		Pousadas	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2006	Bragança	2	50	11	55	0	0	1	100
	Vinhais	0	0	0	0	0	0	0	0
	Miranda do Douro	1	25	6	30	1	33	0	0
	Mogadouro	1	25	1	5	1	33	0	0
	Freixo de Espada à Cinta	0	0	0	0	0	0	0	0
	Figueira de Castelo Rodrigo	0	0	2	10	1	33	0	0
	Total dos concelhos:		4	100	20	100	3	100	1
2007	Bragança	2	40	11	55	0	0	1	100
	Vinhais	0	0	0	0	0	0	0	0
	Miranda do Douro	2	40	6	30	1	33	0	0
	Mogadouro	1	20	1	5	1	33	0	0
	Freixo de Espada à Cinta	0	0	0	0	0	0	0	0
	Figueira de Castelo Rodrigo	0	0	2	10	1	33	0	0
	Total dos concelhos:		5	100	20	100	3	100	1
2008	Bragança	2	40	10	56	0	0	1	100
	Vinhais	0	0	0	0	0	0	0	0
	Miranda do Douro	2	40	6	33	1	33	0	0
	Mogadouro	1	20	1	6	1	33	0	0
	Freixo de Espada à Cinta	0	0	0	0	0	0	0	0
	Figueira de Castelo Rodrigo	0	0	1	6	1	33	0	0
	Total dos concelhos:		5	100	18	100	3	100	1

Fonte: INE

*Segredo estatístico

A tipologia de alojamento de maior dimensão e capacidade (Hotéis) demonstra não ter grande expressão nos concelhos e período em análise. Em 2006 totaliza 2 hotéis instalados em Bragança, 1 em Miranda do Douro e 1 em Mogadouro. Esta tipologia cuja distribuição se reparte pelos mesmos concelhos aumentou para 5 unidades em 2008.



O turismo em espaço rural^{lxxviii} (TER) tem vindo a desenvolver-se por todo o território, “em grande medida por força da atracção crescente por parte da procura por paisagens naturais, e pelo património construído, quer ele seja popular ou erudito” (Batouxas, 1998:68).

Vejamos em seguida o panorama relativamente às unidades de TER existentes no PNM e PNDI.

A informação recolhida é relativa ao ano de 2008 uma vez que não foi possível obter dados acerca dos anos anteriores, não sendo por isso possível efectuar uma análise evolutiva. Contudo, far-se-á uma apresentação dos dados existentes em relação a 2008.

Tabela n.º 3 – Turismo em espaço rural nos concelhos do PNM e PNDI (2008)

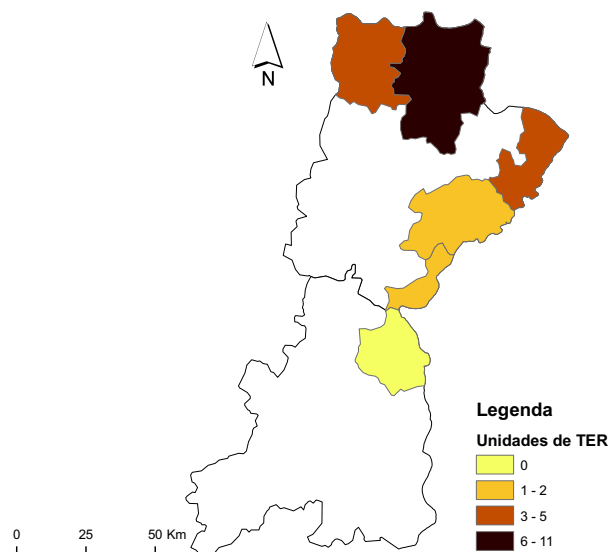
Concelhos	Estabelecimentos (n.º)	%
Bragança	11	22
Vinhais	5	10
Miranda do Douro	5	10
Mogadouro	2	4
Freixo de Espada à Cinta	2	4
Figueira Castelo Rodrigo	0	0
Total dos concelhos:	25	100

Fonte: Turismo de Portugal

Relativamente às áreas em estudo, a tabela anterior dá indicação da existência de 25 unidades de turismo em espaço rural nos concelhos do PNM e PNDI (tabela n.º 3 e figura n.º 5) em 2008. Bragança é o concelho com maior número de estabelecimentos, num total de 11 unidades.

Seguem-se Vinhais e Miranda do Douro com 5 (10%) unidades de TER em cada concelho. Em Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta os dados recolhidos dão indicação da existência de 2 (4%) unidades de TER em cada um dos concelhos. Finalmente referimos que o Concelho de Figueira Castelo Rodrigo não regista nenhuma unidade de TER. (elimina qualquer possibilidade de haver alguma unidade que não esteja referenciada em documentos estatísticos)

^{lxxviii} Segundo o Artigo 18º do Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro “São empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural”. O mesmo Artigo refere na alínea 3 que o TER pode ser classificado em Casas de Campo, Agro-Turismo e Hotéis Rurais.



Fonte: Elaboração própria

Figura n.º 5 - Distribuição espacial do TER nos concelhos do PNM e PNDI (2008)

Concluída a análise anterior, salienta-se ainda que ambos os parques naturais possuem empreendimentos de turismo natureza^{lxxix}, geridos pelo ICNB. Da informação recolhida foi possível obter os seguintes dados: No Parque Natural de Montesinho existem 4 Casas Retiro e 2 Casas Abrigo. No Parque Natural do Douro Internacional está instalada uma Casa Retiro.

Procura turística no PNM e PNDI

Nesta secção pretende efectuar-se uma análise da procura turística alicerçada no indicador dos visitantes que efectuaram dormidas nos estabelecimentos hoteleiros existentes nos concelhos de ambos os parques naturais. A análise do fenómeno será apresentado tendo em consideração a origem dos turistas nacionais estrangeiros.

Pela leitura da tabela n.º 4 podemos verificar que a dinâmica deste indicador apresenta valores evolutivos diferenciados. O número de dormidas efectuadas, nos seis concelhos, em 2006, totalizou 92577 relativas a turistas nacionais e 15720 relativas a turistas de origem estrangeira. Em

^{lxxix} O Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 228/2009 define que “os empreendimentos de turismo de natureza os estabelecimentos que se destinem a prestar serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental” (Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 228/2009).



2007 o número de dormidas de origem nacional apresenta uma variação positiva (100144), face a 2006. Os turistas de origem estrangeira, no mesmo, ano registaram uma diminuição - 15162.

No ano de 2008 ocorreu uma quebra no número de dormidas, de origem nacional, com 91188 dormidas. Por seu turno, verificou-se um ligeiro aumento número de dormidas dos turistas estrangeiros, com 15586 dormidas registadas nos estabelecimentos hoteleiros.

Ao nível dos concelhos, Bragança é o que regista maior número de dormidas, nacionais e estrangeiros, em 2006. Com efeito, aquele concelho totalizou 64952 (70,2%) dormidas de turistas portugueses e 11651 (74,1%) de estrangeiros. No mesmo ano, Miranda do Douro registou 20524 dormidas: 16826 (18,2%) nacionais e 3698 (23,58%) estrangeiros. Segue-se o concelho de Figueira Castelo Rodrigo com 6924 (7,4%) turistas nacionais e 11 turistas estrangeiros. Finalmente, Mogadouro presenciou a entrada de 3875 (4,1%) nacionais e 360 (2,2%) dormidas de estrangeiros, do total dos concelhos.

Tabela n.º 4 – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nos Concelhos do PNM e PNDI (2006-2008)

Concelhos	2006		2007		2008							
	Portugal		Estrangeiro		Portugal		Estrangeiro		Portugal		Estrangeiro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Bragança	64952	70,2	11651	74,1	70742	70,6	11518	75,9	70858	77,7	10408	66,8
Vinhais	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Miranda do Douro	16826	18,2	3698	23,5	19128	19,1	3450	22,7	16673	18,3	4788	30,7
Mogadouro	3875	4,1	360	2,2	3754	3,7	170	1,1	3657	4,0	390	2,5
Freixo de Espada à Cinta	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Figueira Castelo Rodrigo	6924	7,4	11	0,07	6520	6,5	24	0,1	*	*	*	*
Total dos concelhos:	92577	100	15720	100	100144	100	15162	100	91188	100	15586	100

Fonte: INE

* Segredo estatístico

Pelas razões anteriormente apresentadas não é possível analisar os concelhos de Vinhais e Freixo de Espada à Cinta.

No ano de 2007 ocorreu um aumento no número de dormidas de nacionais (199144), enquanto os turistas estrangeiros demandaram em menor número (15162).

Bragança, com 70742 (70,6%) nacionais e 11518 (75,9%) estrangeiros continua e ser o concelho com maior afluxo de turistas. Miranda do Douro totalizou, em 2007, 19128 (19,1%) turistas nacionais e 3450 (22,7%) estrangeiros. Mogadouro e Figueira Castelo Rodrigo registaram uma variação negativa nos turistas nacionais e aumento de turistas estrangeiros em Figueira Castelo Rodrigo 24 (0,1%) e negativa em Mogadouro 170 (1,1%).

Relativamente a 2008 os dados permitem concluir que Bragança com 70858 (77,7%) dormidas de turistas nacionais e 10408 (66,8%) de turistas de origem estrangeira - mantém uma

posição cimeira no número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros. Segue-se Miranda do Douro com variação negativa, nas dormidas nacionais (16673 – 18,3%) e positiva nas dormidas de estrangeiros (4788 – 30,7%), face a 2007. Mogadouro teve comportamento idêntico ao concelho de Mogadouro.

Visitas aos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional

Nas tabelas seguintes são apresentados alguns dados sobre as dinâmicas dos visitantes em ambos os parques naturais. Julgamos importante referir que os dados, recolhidos no Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, se referem exclusivamente aos visitantes que contactaram as delegações dos parques e efectuaram visitas guiadas.

A tabela n.º 5 agrega os dados do número de visitantes que contactaram as delegações dos parques. Com efeito, em 2006, 8455 visitantes efectuaram contacto com as delegações dos parques, dos quais 3814 (45,1%) no PNM e 4641 (54,9%) no PNDI. Em 2007 o número de visitantes decresceu para 6900. No PNM ocorreram 5005 (73%) contactos de visitantes, valor superior a 2006. A delegação do PNDI foi contactada por 1895 (27,5%) visitantes valor significativamente inferior a 2006.

Tabela n.º 5 - Visitantes que contactaram o PNM e PNDI (2006-2008)

Parques	2006		2007		2008	
	Visitantes (n.º)	%	Visitantes (n.º)	%	Visitantes (n.º)	%
PNM	3814	45,1	5005	73	4152	57,2
PNDI	4641	54,9	1895	27,5	3110	42,8
Total:	8455	100,0	6900	100,0	7262	100,0

Fonte: ICNB

Relativamente a 2008 os dados revelam um ligeiro crescimento, reportados a 2007, com 7262 contactos de visitantes. No PMN ocorreram 4152 (57,2%) contactos de visitantes e o PNDI totalizou 3110 (42,8%) de visitantes que contactaram a delegação.

As tabelas n.º 6 e 7 retratam as visitas guiadas e o volume de visitantes que usufruíram dessas visitas organizadas pelas delegações dos respectivos parques.

Os dados relativos às visitas guiadas revelam crescimento entre 2006 (22 visitas) e 2007 (30 visitas) e uma quebra em 2008, com 21 visitas guiadas.

No que respeita aos respectivos parques, em 2006, o número de visitas cifrou-se em 9 (40,9%) no PNM e 13 (59,1%) no PNDI. Em 2007 o PNM promoveu 23 (76,7%) visitas e apenas, 7



(23,3%) visitas foram realizadas no PNDI. Em 2008, PMN organizou 14 (66,7%), valor bastante superior às 7 (33,3%) efectuadas no PNDI.

Tabela n.º 6 - Visitas guiadas no PNM e PNDI (2006-2008)

Parques	2006		2007		2008	
	Visitas (n.º)	%	Visitas (n.º)	%	Visitas (n.º)	%
PNM	9	40,9	23	76,7	14	66,7
PNDI	13	59,1	7	23,3	7	33,3
Total:	22	100,0	30	100,0	21	100,0

Fonte: ICNB

No que concerne ao número de visitantes que participaram nas visitas organizadas pelas delegações, a tabela n.º 7 apresenta os resultados obtidos.

Tabela n.º 7 - Visitantes que participaram nas visitas guiadas (2006-2008)

Parques	2006		2007		2008	
	Visitantes (n.º)	%	Visitantes (n.º)	%	Visitantes (n.º)	%
PNM	420	46,8	931	79,4	529	45,7
PNDI	478	53,2	241	20,6	628	54,3
Total:	898	100,0	1172	100,0	1157	100,0

Fonte: ICNB

Constata-se que ao longo do período ocorreu um aumento significativo entre 2006 (898 visitantes) e 2007 que totalizou 1172 visitantes que integraram visitas guiadas. Em 2008 ocorreu uma ligeira diminuição (1157 visitantes), em relação a 2007.

Comparativamente aos dois parques, verifica-se que em 2006, no PNM participaram 420 (46,8%) visitantes e no PNDI participaram 478 (53,2%) visitantes. Em 2007 verifica-se um aumento significativo no PNM, com 931 (79,4) visitantes integrados em visitas guiadas. No PNDI ocorreu uma diminuição em relação a 2006, apenas 241 visitantes optaram pelas visitas organizadas pelo parque.

Relativamente a 2008, no PNM, 528 (45,7%) visitantes realizaram visitas guiadas, valor inferior a 2007. Contrariamente um aumento significativo ocorreu no PNDI, com 628 (54,3%) de visitantes.

Em resumo, podemos afirmar que a dinâmica dos visitantes no PNM e PNDI tem evoluído num sentido positivo. No entanto, consideramos que apesar de ser possível chegar a esta conclusão, se poderá constatar ainda que existe pouca aderência de visitantes à vertente de “visitas guiadas” aos Parques em análise, facto que pode servir às respectivas administrações



para uma abordagem às causas que determinam esta situação, com vista ao desenvolvimento de políticas que induzam à optimização destas dinâmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foram feitas alguns comentários a cada um dos blocos descritivos. Contudo, julgamos que se impõe adicionar algumas reflexões, em jeito de “conclusão final” por forma a que a rigidez dos números e quadros estatísticos obtenha uma mais valia informativa que possa dar algum realce ao valor intrínseco dos espaços naturais protegidos analisados.

Como refere Castro (2005: 221) “Os espaços naturais protegidos são territórios estabelecidos com a finalidade, principal, de preservação e conservação da natureza. Em determinadas situações procura-se preservar um conjunto singular ou então uma área da natureza privilegiada. Noutros casos, a preocupação é a manutenção das actividades humanas que estão em perfeita harmonia com os valores naturais”.

Com efeito, as áreas territoriais que integram os dois parques naturais de que nos ocupamos cabem nas considerações da referência citada e são, por isso, uma potencial mais-valia para região se forem objecto de planeamento e gestão consistente e integrado.

As variações que as diversas tabelas apresentam, em contraponto às reconhecidas potencialidades específicas, levam-nos a concluir que as debilidades que se patenteiam são o resultado de carências diversas, quer ao nível local quer no âmbito regional, no que concerne, julgamos nós, ao diminuto desenvolvimento a que toda a região nordestina do país tem sido sujeita. Não queremos cair em lugares comuns, mas sempre reiteramos que a falta de boa comunicação rodoviária e outras estão a montante de todas as situações que vimos referindo.

É difícil vir do litoral vir do litoral até ao interior de Trás-os-Montes; é difícil aqui permanecer dada a ausência de equipamentos sociais atractivos e interligados com as actividades turísticas. Supomos que não há planeamento turístico que resista a estas duas debilidades regionais.

Em relação aos dados que foram apresentados ao longo deste trabalho é possível tirar algumas conclusões. A análise da oferta turística nos seis concelhos que integram ambos os parques evidenciou que a capacidade hoteleira é francamente reduzida. Os concelhos com menor oferta correspondem a Mogadouro e Figueira Castelo Rodrigo. Bragança, sede de Distrito, destaca-se dos restantes com maior capacidade hoteleira. Outro aspecto que se sobressai é a existência de um grande número de pensões. Esta tipologia de estabelecimentos apresenta uma percentagem mais elevada que as restantes categorias, em todos os concelhos.

O Turismo em Espaço Rural tem maior implementação no concelho de Bragança. Somos da opinião que o incremento desta modalidade pode contribuir para aumentar a quantidade e



qualidade da oferta turística dos parques e, por outro lado, a capacidade de atracção de visitantes e turistas. “O turismo rural está baseado, principalmente, nas motivações associadas ao espaço rural, enquanto espaço natural, cultural, tradicional, espaço promotor de uma vida saudável e espaço aberto a um grande leque de actividades desportivas e de recreio. Neste contexto, são de particular interesse aquelas actividades que mais contribuem para uma valorização do património natural e cultural assim como da base económica local, que se enquadrem nos propósitos de desenvolvimento endógeno e sustentável da área-destino em questão” (Kastenholz; sd: 2).

No domínio da procura turística a análise demonstrou diferenças acentuadas entre os concelhos. As preferências dos turistas são, na sua maioria, por Bragança e Miranda do Douro. Aquelas preferências poderão explicadas pelo facto de a oferta de alojamento ser mais elevada e existir maior promoção da imagem enquanto destino turístico de qualidade, naqueles concelhos.

Relativamente à repartição dos turistas nacionais e estrangeiros os dados evidenciam que os primeiros têm um peso mais destacado na mobilidade turística da região. Os turistas estrangeiros têm uma representatividade menor ao longo do período em análise. (...) Esta região fronteiriça apesar do seu inegável potencial para o turismo é ainda um destino turístico pouco desenvolvido quer em termos de oferta turística quer no que concerne aos fluxos de visitantes, com particular incidência para os estrangeiros (Castro, 2005:203).

No que concerne aos visitantes que acorreram aos parques, pode-se verificar que a dinâmica é diferenciada ao longo do período em análise. O volume de visitantes é positivo mas revela, ainda, pouca afluência.

Julgamos que este trabalho confirma alguma informação que já está a ser analisada no âmbito de uma investigação mais ampla que estamos a levar a efeito, relativa às áreas de que nos vimos ocupando e que necessita de mais tempo e outros instrumentos de análise.

De qualquer modo, ainda que, em âmbito obviamente muito limitado julgamos poder avançar com algumas objectivações que nos parece que este trabalho pode fundamentar e que se concretizam nas seguintes considerações:

- Os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional oferecem uma diversidade de recursos que podem constituir elementos diferenciadores na oferta turística da região e ser potencializados na óptica do turismo sustentável.
- Estes parques naturais podem desenvolver acções que garantam a salvaguarda do meio ambiente e promovam o desenvolvimento regional de áreas tradicionalmente deprimidas.
- A sua localização pode gerar fluxos turísticos nacionais e estrangeiros que potenciam o desenvolvimento da oferta turística de qualidade e actividades turísticas diversificadas.
- Este tipo de análise permite conhecer a actualidade das dinâmicas turísticas da região e as tipologias turísticas com maior capacidade de promover um desenvolvimento turístico sustentável.



- Desenvolver, nesta base, projectos turísticos individuais e colectivos relativos às áreas em estudo. Projecto que se pretende venha a contribuir para o desenvolvimento rural/regional das áreas em estudo.
- No futuro, pode fundamentar a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico, eventualmente inserido num plano de desenvolvimento regional integrado, das áreas agora estudadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Susana. 1997, A Actividade Turística na Região Centro, in Cadernos Regionais - Região Centro - nº 6, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

BATOXAS, Mariana Fátima Moreira. 1998. "O Turismo como Componente das novas abordagens e Propostas de Desenvolvimento Rural", Tese de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

CASTRO, José P.R., 2005. Parque Natural do Douro Internacional e Arribes del Duero – Territórios transfronteiriços – Suas dinâmicas, Braga, Universidade do Minho, Tese de Dissertação de Mestrado.

DGA - Direcção Geral do Ambiente. 2000, Relatório do Estado do Ambiente 1999, Lisboa.

EUROPARC Federation. 2007, La Carta Europea del turismo sostenible en los espacios protegidos. Grafenau, Germany.

FONSECA, Fernando, P.; Ramos, Rui A.R., 2007, O turismo no espaço rural como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável: o caso de Almeida, Comunicação apresentada no 13º Congresso da APDR, Terceira, Açores.

GEOTA – Grupo Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente. 2006, Turismo e Desenvolvimento Sustentável – 1, Lisboa, Portugal.

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, 2009. Visitação na rede nacional de áreas protegidas – 2006 -2008, Lisboa.

INE – Instituto Nacional de Estatística. 2009, Anuário Estatístico da Região Norte 2008, Lisboa, Portugal.

INE – Instituto Nacional de Estatística. 2008, Anuário Estatístico da Região Norte 2007, Lisboa, Portugal.

INE – Instituto Nacional de Estatística. 2007, Anuário Estatístico da Região Norte 2006, Lisboa, Portugal.



INE – Instituto Nacional de Estatística. 2009, Anuário Estatístico da Região Centro 2008, Lisboa, Portugal.

INE – Instituto Nacional de Estatística. 2008, Anuário Estatístico da Região Centro 2007, Lisboa, Portugal.

INE – Instituto Nacional de Estatística. 2007, Anuário Estatístico da Região Centro 2006, Lisboa, Portugal.

IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, 1994. Directrices para las Categorías de Manejo de Areas Protegidas, Gland, Switzerland.

KASTENHOLZ, E. (SD), A GESTÃO DA PROCURA TURÍSTICA COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO NO DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS RURAIS, UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PORTUGAL.

LOPEZ, D. Ignacio Sariago; IZQUIERDO, D. Juan José Pons, 2003. Turismo en los espacios naturales y rurales de Navarra”, Navarra, Espanha, Actas del Quinto Congreso de Economía de Navarra.

PORTUGAL - Ministério da Habitação e Obras Públicas – Secretaria de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente. 1979, Decreto-Lei n.º 355/79 de 30 de Agosto. 1.ª Série - N.º 20.

PORTUGAL - Ministério do Ambiente e Recursos Naturais. 1993, Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro.

Portugal - Ministério da Economia e da Inovação. 1998, Decreto Regulamentar n.º 8/98 de 11 de Maio. DR 1.ª Série — N.º 178.

PORTUGAL - Ministério da Economia e da Inovação. 2009, Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro. DR 1.ª Série — N.º 178.

UNIVERSIDADE NACIONAL DE COLOMBIA. (Sd), Turismo sostenible basado en el patrimonio natural y cultural, Bogotá, Colombia.